

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA
NO DIA 26 DE MAIO DE 2011. *****

No dia vinte e seis de Maio de dois mil e onze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paulo Ramalheira Teixeira, Rui César de Sousa Albergaria e Castro, Judite Manuela de Castro Rocha Quintas, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e José Manuel Moreira de Carvalho. ***

Secretariou a reunião Vasco André Moreira Pimenta, em substituição do Chefe da Divisão de Administração Geral. ***

Eram dez horas e cinquenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. ***

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ***

O Presidente da Câmara deu como iniciada a reunião abrindo o período antes da ordem do dia à intervenção do executivo Municipal.

O Vereador Paulo Teixeira iniciou este período dizendo que não via agendado da ordem de trabalhos pontos que tinha pedido, e perguntou se ainda iam ser contemplados. ***

O Presidente da Câmara respondeu que o ponto solicitado pelo Vereador Paulo Teixeira iria ser contemplado nas obras particulares.

Posto isto, o Presidente da Câmara endereçou um voto de louvor às empresas “Bradco” e “Paivadoce”, sediadas no CACE, pela classificação obtida na revista “Exame”, onde são classificadas como “Gazelas”. É uma distinção que premeia quem obteve um crescimento mais acelerado num conjunto de 293 empresas.***

É um motivo de orgulho para o concelho de Castelo de Paiva, mérito de quem dirige e trabalha nestas duas empresas, que deve ficar plasmado na acta da reunião e objecto de endereço a essas empresas do respectivo voto de louvor.***

Deu nota da satisfação por ver aprovada a candidatura da requalificação do Cais do Castelo. Trata-se de um investimento superior a € 1.800.000,00, que finalmente vai ter a assinatura do seu contrato no próximo dia 1 de Junho. É uma notícia muito importante para o Concelho de Castelo de Paiva, dado ser um dos “ex-líbris” da nossa terra que vai ver a sua imagem melhorada. ***

Referiu-se à visita da Exma. Sra. Ministra da Saúde a Castelo de Paiva, junto do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Óscar Gaspar, na passada Sexta-Feira. ***

Foi uma visita que se confirmou próximo do dia em que foi efectuada, daí os convites terem sido endereçados de forma tardia, mas apesar de a agenda ser apertada a Sra. Ministra não quis deixar de cumprir o compromisso que tinha assumido há mais de um ano. ***

Nesta visita foi celebrado o protocolo de radiologia com a Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva, foram visitadas as obras de ampliação deste mesmo hospital, ao mesmo tempo que foram dadas a conhecer as instalações do Centro de Saúde. ***

Convidou todos os Vereadores a estarem presentes na abertura da “Feira Social” no dia 27 de Maio, pelas 15h e 30m, estando prevista a presença da Exma. Sra. Secretária de Estado da Igualdade, Dra. Elsa Pais. ***

Disse que tinha feito uma visita no dia anterior às instalações da “Sonae Indústria”, em Boure, Santa Maria de Sardoura. É uma empresa com larga história no concelho de Castelo de Paiva, que neste momento emprega 70 trabalhadores no âmbito das madeiras. Trata-se de uma empresa consolidada que se manterá em funcionamento mesmo no âmbito do projecto do Plano de Pormenor de Boure para aquela zona. ***

Deu conhecimento que decidiu convocar uma reunião com os produtores e engarrafadores de vinho do concelho de Castelo de Paiva, inserida no momento difícil em que se encontra a Adega Cooperativa de Castelo de Paiva. ***

Foi uma decisão tomada após uma reunião que manteve com o Administrador de Insolvência, que se mostrou disponível para encontrar soluções de viabilidade para a Adega Cooperativa. ***

O Vereador José Manuel Carvalho tomou a palavra para dar nota do Festival Municipal de Folclore, que ocorreu no dia 14 de Maio em Oliveira do Arda, e que está inserido nos XXV Jogos Desportivos de Castelo de Paiva com a organização do Rancho Folclórico de Nossa Senhora das Amoras. ***

Referiu que no dia 15 de Maio estiveram no Festival de Folclore na Ladroeira, numa organização do Rancho Folclórico de Bairros, que foi aproveitado por esta Associação para festejar o seu 15º. Aniversário e homenagear algumas pessoas que estão ligadas à sua criação. ***

Salientou a realização da 5ª. Feira Social, sendo uma oportunidade para as IPSS's mostrarem as suas valências. Marca igualmente a celebração do 10º. Aniversário da Rede Social de Castelo de Paiva.

Mais referiu que no dia 29 de Maio se irá comemorar o Dia da Criança, em conjunto com a realização da Feira Social, no âmbito de uma política de contenção de custos. Neste mesmo dia, irá ser feita uma largada de 600 balões alusivos ao Dia da Criança oferecidos pela "Adrimag" no âmbito da comemoração do seu 20º. Aniversário. ***

Informou da realização no dia 28 de Maio do Torneio "Gira-Vólei", que servirá para apurar as duplas que irão à final de Portalegre. Este evento terá lugar no Estádio Municipal da Boavista. ***

Felicitou o Grupo Desportivo de Castelo de Paiva por mais uma vitória dos seus atletas de atletismo, e felicitou em particular o Bruno Vieira, que conseguiu o 1º. lugar nos 800 metros em Juvenis e confirmou os mínimos que lhe dão acesso a disputar o Campeonato Nacional. ***

Felicitou igualmente os atletas Paivenses do Taikwando que no Sábado anterior estiveram no Pavilhão Universitário de Coimbra e que, conseguiram excelentes resultados, nomeadamente o 1º. lugar, campeã nacional, com a Joana Nogueira, o 2º. Lugar com a Joana Andrade, e o 3º. Lugar com a Sara Costa. ***

Por fim endereçou um voto de pesar à família, amigos e nomeadamente ao Moto Clube Paivense, pelo falecimento do atleta de Quad-

Cross Vando Duarte, que esteve presente na prova de Pedorido, e que faleceu numa prova na Póvoa do Lanhoso. ***

O Vereador Paulo Teixeira tomou a palavra para reforçar o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente às empresas “Bradco” e “Paivadoce”. Disse que em boa hora o faz porque já é a segunda vez que a “Bradco” aparece citada na revista “Exame”, e em boa hora o executivo anterior conseguiu cativar este investimento para o concelho de Castelo de Paiva e para o CACE. ***

A propósito de CACE, referiu que uma vez que na altura foi alvo de duros comunicados por parte do Partido Socialista em Outubro de 2004, foi com satisfação que leu na imprensa escrita a actual Ministra do Trabalho em gestão e candidata pelo referido partido em Aveiro, dizer que o CACE foi uma excelente solução e que as empresas que lá operam são o exemplo disso. ***

Em relação ao Cais do Castelo, disse que ouviu o Presidente da Câmara referir que dentro de alguns meses esta obra poderia começar. É evidente que todos se congratulam com o passo dado mas, mais uma vez, espera não estarmos a ser enganados? ***

Referiu que no primeiro semestre de 2009, a Dra. Ana Paulo Vitorino, lhe tinha telefonado para, na qualidade de Presidente de Câmara, uma cerimónia num barco no rio Douro onde iria anunciar a construção do Cais do Castelo. Estava-se nas vésperas de eleições legislativas de 2009. A quatro dias das eleições legislativas de 2011, vai ser assinado o contrato que vai permitir ao IPTM fazer a obra. Espera que não estejam novamente a enganar os Paivenses. ***

No que concerne à reunião com os produtores de vinho, salientou que a exemplo do que tinha dito na última reunião de Câmara, tem pena que o Sr. Presidente só agora esteja a ir de encontro com uma intervenção sua à alguns meses atrás quando publicamente, não na qualidade de membro da Assembleia Municipal, mas de ex-membro dos órgãos sociais da Adega Cooperativa de Castelo de Paiva, o Dr. Gouveia Coelho veio para a praça pública, numa tentativa de desnorte em relação a algo que os Paivenses brevemente irão saber porquê, tentar destruir na praça pública o que pouco restava da Adega Cooperativa.

Disse que na altura solicitou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, e que este lhe disse que a Adega tinha uma entidade própria que a geria e que a Câmara não se devia meter no assunto. Depois da casa encerrada é que se estão a convocar os produtores de vinho. Espera que por se estar em vésperas de eleições não se prometam mundos e fundos, como aconteceu anteriormente, e que depois nada se concretize. ***

Em relação à sua intervenção na última reunião de Câmara, disse que referiu a dada altura que não tendo estado presente na antepenúltima reunião de Câmara, chamava à atenção do Sr. Presidente da Câmara para algumas inverdades e alguns erros da acta da reunião ordinária de 29 de Abril, nomeadamente, que não é verdade que tenha sido pela gestão Socialista nestes 17 meses, que a dedução do PMP - prazo médio de pagamento - tenha baixado. Baixou porque houve o PREDE que teve reflexos já no início desta gestão, porque os primeiros cheques foram passados nas duas últimas semanas de gestão do executivo anterior. ***

Continuou, referindo que em relação às transferências que o Sr. Presidente referiu na acta para as Juntas de Freguesia, que não é isto que se ouve, nomeadamente, não foi isso que se ouviu na última Assembleia Municipal por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos. ***

Disse que lamenta profundamente, e vai ter de o provar, que o Sr. Presidente da Câmara refere na conta de gerência que nos documentos constava um valor de 300.000,00 que só foram contabilizados em 2010, certamente decorrentes de obras provenientes da campanha eleitoral. Referiu que isso é falso, que é uma calúnia e que depois de tantas auditorias que o Município já teve desde que o PSD saiu do executivo em 2009.10.31; depois de na última Assembleia Municipal se ter referido que a dívida que a Câmara apresenta se deve a investimentos estruturantes - Plano de Saneamento Financeiro – e depois passados 17 meses desde que tomou posse, chega de mentir aos Paivenses. ***

No que concerne ao ponto 4 da mesma acta, chamou à atenção que o que está escrito na acta vem dar razão àquilo que foi em tempos uma intervenção efectuada pelo Vereador Rui César sobre essa matéria em relação ao projecto de remodelação da Zona Nascente da Vila de Sobrado. ***

Sobre este assunto, finalizou dizendo que há também uma imprecisão na informação dos serviços no que respeita à Escola de Real. O acordo com o Sr. Padre Luís foi em relação ao rés-do-chão. Aquilo que a Câmara aprovou foi sempre a ocupação do rés-do-chão da casa Paroquial. A Câmara aprovou o pagamento da energia eléctrica em relação ao rés-do-chão e primeiro andar onde funciona a catequese. No regulamento de funcionamento dos bares e dos estabelecimentos há um erro na palavra funcionamento. No horário dos estabelecimentos na Páscoa há um erro onde se escreve das 90 às 4 horas. ***

De seguida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se os processos que tinha solicitado para consulta, e mais uma vez escreveu e enviou o e-mail na passada Sexta-Feira conforme o combinado em reunião de Câmara, em relação à empresa “Fialpa”, em relação ao Sr. Papi-niano Lento, Sr. Isaías Gaspar Paiva Vieira e Antero Gaspar Paiva Vieira, quando vai ter acesso aos processos para consulta. ***

Também perguntou se tinha trazido os procedimentos de aquisição de serviços, e nota de honorários, do ilustre jurista de Arouca que fez o parecer relativo ao edifício “Jopavera” na Avenida General Humberto Delgado. ***

Questionou igualmente sobre a não concordância por parte da Dra. Judite Quintas com o protocolo a celebrar com o Centro Social do Couto Mineiro, relativamente ao “Labmed”. Disse que já se passaram uma série de meses, e gostaria de saber se estava em vigor, e se iria ser assinado. ***

Para finalizar perguntou se relativamente ao edifício “Bela Vista”, lhe iria ser apresentado para consulta o relatório da acção inspectiva efectuada. ***

Finalizou dizendo que não é com ameaças por e-mail, não é com tentativas de calar a sua voz que irá deixar de defender os interesses de

todos os Paivenses. Disse que defenderá até às últimas instancias aquilo que acha que é a verdade que neste momento está a ser ocultada dos Paivenses. ***

O Vereador Rui César tomou a palavra para agradecer a delicadeza do Secretário do Sr. Presidente da Câmara por lhe ter ligado a desmarcar a visita, que não era institucional e ministerial, da candidata do Partido Socialista ao Concelho. Disse que houve pessoas que foram ao engano porque pensavam que seria uma visita ministerial, o que depois não se veio a verificar. ***

Também se associou à felicitação às empresas “Bradco” e “Paivadoce”, referindo que a Câmara Municipal em bom tempo aprovou, por proposta do PSD, um voto de louvor pela gestão que foi feita pela “Bradco”. Disse que infelizmente a maioria no executivo decidiu estender esse voto aos empresários do concelho. ***

Relativamente à “Paivadoce”, disse que sendo uma empresa do concelho, de Paivenses, uma empresa que têm vindo a observar o seu crescimento desde o início, é uma circunstância que os enche de orgulho. ***

No que concerne ao Dia Mundial da Criança, referiu que é pena que não sejam efectuadas actividades no âmbito do programa curricular e pedagógico, inseridas nos agrupamentos de escolas. É uma actividade que vai ser efectuada ao fim-de-semana, em que os professores não estão presentes com os alunos nessas actividades. Noutros anos, conseguiram-se fazer actividades importantes com a “Ambisousa”, por exemplo, planeadas quer com as escolas, quer com as IPSS’s, no sentido de possibilitar uma comemoração diferente desse dia. ***

Disse que compreende a questão relativa à contenção de custos mas, no ano passado, foi atribuído um subsídio a uma associação da Raiva para a comemoração deste dia. ***

A Vereadora Vanessa Pereira tomou a palavra para se associar à felicitação aos atletas do Grupo Desportivo de Castelo de Paiva, nomeadamente ao Bruno Vieira, bem como aos atletas do Taekwondo. Diz que são exemplo que devemos felicitar, ter orgulho, pela forma como honram o nome de Castelo de Paiva. ***

Referiu que os serviços da Câmara Municipal continuam a duplicar a correspondência que lhe é dirigida, e agradecia que isso não voltasse a acontecer. ***

Agradeceu igualmente o facto de lhe terem telefonado a informar que a visita da Ministra do Trabalho era uma visita de campanha. ***

No que concerne à visita da Ministra da Saúde, é verdade que receberam um convite no dia anterior, por e-mail às 20h e 30m, e por SMS às 23h e 30m. Disse que a essa hora é difícil gerir a sua vida profissional para estar presente em eventos no dia seguinte. ***

Referiu que teria sido mais importante que a Ministra tivesse visitado o concelho há um ano atrás aquando das alterações efectuadas no Centro de Saúde, nomeadamente aquando do encerramento do SAP, por forma a explicar melhor aos Paivenses o que se iria passar no futuro. Deu os parabéns à Santa Casa da Misericórdia por prestar um serviço que devia ser prestado pelo Serviço Nacional de Saúde. Solicitou os documentos que tinha pedido na reunião anterior, nomeadamente o ofício enviado à Junta de Freguesia de Real. Disse que é a segunda vez que o está a fazer, e que gostaria de saber sobre o andamento do processo. ***

Solicitou igualmente ao Vereador José Manuel Carvalho o documento de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia do Paraíso, porque ao contrário do que foi dito, não chegou a tempo da Assembleia de Freguesia. Esteve presente nessa Assembleia e o documento não tinha chegado. ***

Finalizou referindo que apesar de algumas intervenções possam incomodar algumas pessoas, já sabe que a água no Choupelo já foi concluída e gostaria de saber para quando fica a reparação do pavimento e da estrada. É público que a Junta de Freguesia está disposta a colaborar. Lamentou alguns comentários que foram feitos em relação à sua pessoa neste âmbito, e que à semelhança do que disse o Vereador Paulo Teixeira, não é por fazerem comentários menos simpáticos em relação à sua pessoa, por receber chamadas esquisitas no telemóvel, que não se desviará um milímetro daquilo que é a verdade.

O Vereador José Manuel Carvalho tomou novamente a palavra para dizer à Vereadora Vanessa Pereira que enviou um e-mail no dia 13 de Maio dirigido ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paraíso, com cópia da proposta que tinha sido aprovada na reunião de Câmara no dia 12 de Maio. Disse que só pode endereçar propostas discutidas na reunião de Câmara depois desta acabar, e neste caso, foi depois da reunião de Câmara e antes da Assembleia de Freguesia que ocorreu no dia 14 de Maio. ***

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para responder às questões que lhe foram colocadas. ***

Relativamente à pavimentação no Choupelo, referiu que a água foi colocada no local e espera agora pelos pedidos de ligação à rede pública. Quanto à pavimentação, disse estar a aguardar por uma situação financeira melhor que lhe permita fazer esse trabalho. ***

No que concerne à visita da Sra. Ministra, salientou o facto de ter optado por confirmar a mesma quando ela estivesse realmente confirmada, porque não queria estar a confirmar para depois desmarcar. Disse que teve a oportunidade para confirmar a visita ao Presidente da Assembleia Municipal com dois dias de antecedência. ***

Em relação ao dia da criança, referiu que como o Sr. Vereador Rui César Castro pode compreender, não é uma decisão fácil de tomar, porque tem a preocupação de manter vivas tradições que se mantêm há muitos anos. As opções tomam-se, há prós e contras, mas entenderam que esta é uma decisão correcta, aproveitando a oportunidade de conciliar uma actividade que é muito interessante, Feira Social, em paralelo com a iniciativa. É uma actividade que comporta custos significativos, nomeadamente o custo com o transporte, que rondará um montante superior a € 3.000,00, além da componente de animação com actividades que implica um custo acrescido. Daí, disse, a opção pela concentração de recursos em duas actividades simultâneas. É uma experiência que tem vindo a ser adoptada por outros Municípios com situações financeiras bem mais desafogadas que a nossa. Finalizou dizendo que preferiria ter uma comemoração do Dia da Criança

no próprio dia 1 de Junho mas, com estes factos e argumentos optaram por aquela opção. ***

Relativamente ao edifício da “Bela Vista”, disse que como há um ponto específico para debater o assunto, nessa altura irá aborda-lo sem qualquer problema, tendo facultado ao Vereador Paulo Teixeira os documentos para discutir esse assunto. De igual modo, facultou à Vereadora Vanessa Pereira o ofício que tinha pedido. ***

No que concerne a outros documentos e consulta de processos, disse que conforme tinha sugerido, foi de facto enviado o pedido via e-mail, que deu entrada na Câmara Municipal e que, vai ser distribuído pelos serviços para ser recolhida a informação solicitada. ***

Sobre a escola de Real, referiu que são gente de palavra que gostam de honrar e cumprir os seus compromissos. Houve uma situação que surgiu e que foi transmitida pelo Sr. Padre Campos, e que é uma questão de princípio e de bom senso, isto é, a Câmara utilizou durante anos a residência paroquial de Real, principalmente o rés-do-chão, mas, não foi pago um cêntimo por essa utilização. Disse que é uma questão de elementar justiça, e devemos ser os primeiros a dar o exemplo, que a Câmara pague os gastos com energia efectuados durante esse período naquelas instalações. ***

Relativamente às questões levantadas sobre a acta e sobre a prestação de contas, salientou que os dados transmitidos foram os decorrentes desses documentos, os números não mentem. Referiu que o que disse sobre a redução do Prazo Médio de Pagamento não é brincadeira, é uma coisa séria, não é mentira, é verdade. E que é verdade não por força do PREDE, porque este apenas representa dez por cento do esforço empreendido para atingir o objectivo. Referiu que desde já pode informar de que à data do fecho das contas em Abril, o Prazo Médio de Pagamento era de 53 dias, o que constitui um grande avanço dado que, quando chegaram a Município tinha o segundo prazo mais elevado do país. Isto quer dizer que a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, e que, brevemente irão ter dados muito interessante sobre o endividamento líquido que realçam o trabalho e o rigor com que se está a trabalhar. ***

Continuou, dizendo que há situações que não se podem repetir, como por exemplo, facturas de juros de mora, cujas cópias tem em sua posse, que é deitar dinheiro fora, nomeadamente, facturas emitidas pela empresa “Inersel – Construções, S.A.”, no montante de €118.000,00, € 14.624,00, €14.306,00, etc. Tratou-se, referiu, de desperdiçar dinheiro que a Câmara nem sequer tinha para pagar, o que reforça a “questão da esferográfica” tantas vezes falada, e tantas vezes criticada. ***

Quanto às transferências pagas às Juntas de Freguesia, referiu que é o valor que consta dos documentos de prestação de contas, muitas delas referentes a anos anteriores e que não tinham sido pagas. ***

No que concerne à Adega Cooperativa, disse que está a fazer o procedimento correcto. Não nos devemos meter na vida das instituições sem que estas nos peçam para intervir em qualquer processo. Neste caso em concreto, disse, houve uma decisão que foi tomada, que é do conhecimento público, e que na sua perspectiva se impunha que a Câmara interviesse junto da pessoa competente, que no caso, é o Administrador de Insolvência. Salientou que não vai questionar o que aconteceu ao longo dos anos na Adega Cooperativa, porque se falam em muitos aspectos relativos à gestão, mas não vai falar nesse assunto porque não fez parte dos órgãos dessa instituição e apenas participou num ou outro acto público ao longo deste mandato.***

O que importa, continuou, é que neste momento surgiu o processo de insolvência que deve merecer a reflexão e a acção de todos. Disse que manifestou junto do Administrador de Insolvência a sua disponibilidade para, juntamente com todos os que trabalham neste sector, encontrar soluções para o problema.***

Relativamente ao Cais do Castelo, o que vão assinar não é uma promessa, é um contrato de financiamento. Dizem as regras que normalmente os contratos são para se cumprir, pelo que, não pode deixar de acreditar que a obra se vai concretizar. Referiu ainda que tem a indicação que a obra irá avançar dentro de alguns meses. ***

No que diz respeito ao comunicado enviado em 2004, disse que, assume o que disseram na altura. Na altura, julgavam que o CACE

não estava a ser a solução ideal por força do número de postos que até aí tinha criado, que na sua opinião, eram manifestamente inferiores ao número de pessoas que ali trabalharam. Achavam, que tinha de haver uma melhor aposta na dinamização daquele espaço e julga, que de lá até aqui, as coisas melhoraram de tal forma, que hoje estão lá cerca de 168 pessoas a trabalhar com a perspectiva deste número aumentar. Disse que em relação a esta matéria não estão de braços cruzados, dando o exemplo da “Bradco” que passou de cerca de 40 trabalhadores para cerca de 100, o exemplo da “Europol”, e a “NBS”, que é uma empresa de quatro Paivenses que se lançaram neste desafio. ***

Conclui este assunto dizendo que se sente muito satisfeito pela dinâmica ali incutida. ***

O Vereador Paulo Teixeira tomou novamente a palavra para dizer que em relação à escola de Real, quis chamar à atenção para a informação técnica que serviu de justificação política para pagar o compromisso para com o Sr. Padre Carlos Luís. Essa informação não está totalmente correcta, porque no aluguer que se combinou com o Sr. Padre Carlos Luís, estavam também as contrapartidas que a Câmara deu e que gastou do erário público, por exemplo, as casas de banho que lá foram feitas. ***

Disse que houve também espaços envolventes que foram arrançados, que estão à vista de todos, e que quem ler essa informação técnica diz que não se gastou lá dinheiro nenhum. Essa informação, reiterou, não está correcta, tem de se acrescentar mais qualquer coisa. ***

No que concerne ao Prazo Médio de Pagamento, referiu que não concorda que o PREDE apenas represente 10% do esforço para diminuir a dívida. ***

Em relação aos juros de mora apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara, pediu para que lhe fossem fornecidas cópias. ***

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se em relação ao parecer jurídico relativo ao edifício “JopaVera”, e os documentos solicitados, se esse assunto iria ser discutido dentro do ponto 6 da ordem de trabalhos – Obras Particulares. ***

O Sr. Presidente da Câmara forneceu as cópias dos juros de mora solicitadas pelo Vereador Paulo Teixeira, dizendo que tem mais notas de juros de outras empresas que também lhe pode fornecer. ***

Relativamente o assunto “JopaVera”, disse que, o requerimento vai ser distribuído aos serviços de modo formal para ser recolhida a informação a entregar ao Vereador Paulo Teixeira. ***

No que diz respeito ao ponto que o Vereador Paulo Teixeira tinha pedido para ser agendado, o Sr. Presidente da Câmara referiu que vai ser discutido, conforme os elementos que já tinha fornecido e que eram prioritários para se puder fazer a discussão. ***

Quanto à escola de Real, disse que já houve esclarecimentos de parte a parte mas, julga que o princípio que foi adoptado está correcto, e tem o bom senso de atribuir um valor justo pela utilização feita desse espaço ao longo desses anos. ***

De seguida, o Vereador Rui César interveio novamente para dizer que relativamente aos princípios que o Sr. Presidente da Câmara apresentou referentes à escola de Real nada tem a opor, estão em concordância com o que foi dito e que, a questão de honrar a palavra pagando de forma justa e célere pela utilização do espaço é correcta. Só é pena, disse, que não seja aplicada a todas as Freguesias e a todas as instituições. ***

A Câmara Municipal sabe que está há mais de uma ano a funcionar nas mesmas condições uma sala em S. Lourenço, já foi pedido para ser restituído o valor desse espaço, e até agora a Câmara ainda nada fez para fazer o mesmo. Além das salas, referiu, estão também a ser usados equipamentos e mobiliário de instituições. ***

Continuou dizendo que não percebeu quando o Sr. Presidente da Câmara disse que ia assinar um contrato de financiamento sobre o Cais do Castelo, se é a Câmara Municipal que vai assinar ou, vai testemunhar a assinatura desse contrato. Pensa que a Câmara não vai assinar o contrato de financiamento porque não é responsável pela obra, sendo portanto, uma tentativa de se aproveitar do mérito dos outros, assim como, a questão da “Bradco” e do CACE são os empresários quem trabalharam nesse sentido. ***

Referiu ainda que a Câmara Municipal criou e apoiou um voto de louvor por unanimidade onde se atribui o mérito todo aos empresários, inclusivamente, no caso da “Bradco”, o mérito de ter trazido uma nova empresa. O mérito a seu dono, principalmente quando se trata de empresários que investem o seu dinheiro por sua conta e risco, e portanto, a sua atitude enquanto políticos deve ser de precaução. ***

Relativamente à dívida e aos juros apresentados pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que já começa a ser recorrente. Aquilo de que não houve falar é as obras do Sr. Presidente da Câmara e que, se lembra do programa eleitoral em que dizia que a dívida da Câmara eram € 25.000.000,00. Mandou fazer auditorias e não era esse o valor da dívida. ***

Neste ponto da intervenção do Vereador Rui César, o Sr. Presidente da Câmara interrompeu-o para lhe pedir que fosse breve, porque disse que havia outros assuntos para discutir, apesar de concordar com a importância de se discutirem aspectos relativos à prestação de contas. ***

O Vereador Rui César respondeu que o Sr. Presidente da Câmara não lhe pode cortar a palavra quando está a discutir assuntos importantes para o Município. ***

O Sr. Presidente da Câmara referiu que há um regimento a ser cumprido, em que os tempos de intervenção dos membros do executivo estão balizados e que, face aos pontos que faltam discutir, tem de obedecer a esse regimento. ***

No entanto, o Vereador Rui César continuou a sua intervenção dizendo que em primeiro lugar, e ainda relativamente à dívida, esta não é a melhor forma de se conduzir as reuniões de Câmara, e em segundo lugar, questionou porque é que um ponto sobre a prestação de cuidados de saúde no Couto Mineiro do Pejão foi retirado em sede de reunião de Câmara por uma Vereadora que não sabia de nada. Disse que o Sr. Presidente da Câmara nada respondeu sobre esta questão quando foi questionado pelo Vereador Paulo Teixeira. ***

Se o Sr. Presidente da Câmara está preocupado com a hora, disse, então que chegue a horas à reunião de Câmara, mas, não lhe pode tirar a palavra. ***

Referiu ainda, que tem conhecimento de muitos Paivenses descontentes com a acção do executivo em permanência, porque não vêm obra a ser feita e que, o PSD tem dado todas as condições para que as promessas que foram feitas na Campanha eleitoral sejam realizadas. O Sr. Presidente da Câmara já exerce o cargo desde Novembro de 2009, e tem obrigação de começar a apresentar obra. ***

A Vereadora Vanessa Pereira tomou novamente a palavra para dizer que em relação à informação que recebeu, deu para perceber que tinham enviado para a Junta de Real, no entanto, disse que queria o anexo referido na carta, da planta, que julga que a Junta não recebeu, e que saber da resposta do Presidente da Junta de Real. Relembrou que se trata de uma desafecção do domínio público que está em acta, e que espera que não se tome nenhuma medida sem que se saiba o que ficou deliberado em acta. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para responder á questão colocada anteriormente pelo Vereador Paulo Teixeira sobre o protocolo com a “Labmed”, assumindo que se tinha esquecido de o fazer. Disse então, que o protocolo não foi ainda assinado porque está perspectivada uma intervenção naquele espaço pelo Ministério da Saúde. Enquanto essa intervenção não for realizada, não há condições para se assinar o protocolo, porque, na sua perspectiva, não deve haver uma confusão entre aquilo que é público, e aquilo que é privado. ***

Sobre este mesmo assunto, o Vereador Paulo Teixeira questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se houve uma comunicação da entidade a dizer que abdicava desse protocolo com o Centro Social do Couto Mineiro? Tem conhecimento dessa comunicação oficial? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que julga não haver uma comunicação oficial, no entanto, disse, tem de confirmar se não existe, e perante a insistência do Vereador Rui César em colocar as

mesmas questões colocadas pelo Vereador Paulo Teixeira sobre este assunto, reafirmou que tem de confirmar se a comunicação existe. ***

O Vereador Paulo Teixeira insistiu no assunto, dizendo que quando o Sr. Presidente da Câmara trouxe o assunto à reunião de Câmara, e que depois a Dra. Judite disse que não conhecia nada do assunto e que não votava, já era do conhecimento do executivo que o ACES já tinha visitado as instalações do hospital e já se sabia que ia haver uma intervenção. O Dr. Avelino Alves, disse, já tinha dado essa informação. ***

O Sr. Presidente da Câmara referiu ainda que as obras da ACES foram decididas a posteriori de o assunto ter vindo a reunião de Câmara. ***

Relativamente à escola de S. Lourenço, disse que se recorda que uma das coisas que já fez foi pagar um valor de 2.500,00 à Banda Marcial de Bairros que estava em atraso. ***

Quanto à assinatura do contrato de financiamento das obras do Cais do Castelo, mencionou que não serão eles a assinar o documento, mas, vão apadrinhar esse acto, que será um contributo para o desenvolvimento turístico da nossa região. ***

No que concerne aos documentos referentes ao parecer jurídico, reforçou que o e-mail do Vereador Paulo Teixeira deu entrada oficial e vai ser distribuído pelos serviços para serem facultados os documentos solicitados. ***

Relativamente a este assunto, o Vereador Paulo Teixeira referiu que na última reunião de Câmara tinha dito que já tinha os documentos, e portanto, pediu para que ficasse em acta que o Sr. Presidente da Câmara não pode dizer uma coisa numa reunião de Câmara, e depois dizer outra, porque senão, passamos a não ter confiança. Só fez a pergunta, porque o Sr. Presidente da Câmara tinha dito na última reunião de Câmara que já tinha os documentos e que os serviços já tinham isso tudo. Na reunião de hoje, disse que recebeu essa nota de honorários de forma informal, e como percebeu isso, só pediu um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara. ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que tem de facto o requerimento que o Vereador Paulo Teixeira enviou formalmente, e repetiu que os documentos vão ser pedidos aos serviços. ***

O Vereador Rui César tomou novamente a palavra para dizer que a sala de S. Lourenço a que se refere, não é a sala que já pagaram, é a sala que falta pagar. Se estão a pagar a uma instituição, devem pagar a outra. ***

Sobre a questão da “Labmed”, pediu que fique em acta que o Sr. Presidente da Câmara não sabe se este atraso da Câmara Municipal põe em risco, ou não, a prestação de serviços daquela empresa no Couto Mineiro do Pejão. Hoje, disse, dia 26 de Maio, o Sr. Presidente da Câmara disse que não sabe, mas, a partir de hoje, o Sr. Presidente da Câmara fica com esta intervenção que, para os membros da oposição, parece que o atraso da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, poderá por em causa a prestação desses serviços, e, caso venha a acontecer, a Câmara Municipal terá de assumir as suas responsabilidades. ***

Lembrou, que o protocolo esteve por iniciativa da Câmara, aqui, para ser aprovado, e que foi por iniciativa do executivo que não foi presente para votação. Depois, continuou, voltou tudo à primeira forma, e apareceram umas obras que estão a atrasar a execução de um protocolo. Referiu ainda, que quer lembrar que a instituição particular provavelmente tem direitos adquiridos por força da ocupação que está a fazer e, dos protocolos que tem em vigor. Acha que se está a misturar tudo para atrasar a assinatura do protocolo, e que ao PSD preocupa esta circunstância, em função até das condições de mercado que se podem vir a alterar. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, nos termos do artigo 83º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, incluir na ordem do dia os seguintes pontos, por reconhecer a urgência na respectiva deliberação:

12. FEIRA DO VINHO VERDE. EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE, MERCHANDISING E ANIMAÇÃO SONORA.

13. – FESTAS SANJOANINAS. CONCURSO AOS ESPAÇOS NOTURNOS DE DIVERSÃO – DISCOTECAS E BARES.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 25 de Maio de 2011, cujo saldo totaliza a quantia de 2.540.870,60 euros. ***

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/05/2011. APROVAÇÃO.

Retirado.

3. – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2011. REVISÃO.

Presente a seguinte informação: “A nova Organização de Serviços Municipais aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 22 de Dezembro de 2010 obriga, antes da sua implementação prática, à revisão do Orçamento e GOP’s deste Município para o ano em curso, de modo a adaptar a estrutura orgânica destes documentos à nova organização a incrementar. ***

Neste sentido, a revisão a estes documentos assenta nos seguintes aspectos: ***

Criação no Orçamento da Despesa da unidade orgânica 05 – Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento, e correspondentes classificações económicas da despesa. ***

Transferência para a nova unidade orgânica 05, dos saldos de despesa com pessoal a transitar para essa divisão, bem como, dotação das restantes rubricas de despesa com saldos de abertura por dedução de rubricas de despesa de outras unidades orgânicas. ***

Transferência para a nova unidade orgânica 02 – Divisão de Administração Geral, dos saldos de despesa com pessoal a transitar para essa divisão. ***

Criação do PPI de projectos de investimento afectos à nova unidade orgânica 05, nomeadamente, para a aquisição e reparação de equipamento informático, administrativo e equipamento básico. Em todos os projectos que estão associados à unidade orgânica 04 – DASC (a

fundir com a DAG), foi inserida a unidade orgânica 02, e correspondente classificação económica da despesa, com a respectiva transição de saldos entre essas unidades orgânicas. O mesmo procedimento foi utilizado para o PAM. ***

Deste modo, o montante da revisão ao Orçamento e GOP's deste Município importa nos seguintes montantes:

Orçamento da Despesa: € 703.818,40;

Plano Plurianual de Investimentos: € 80.450,00;

Plano de Actividades Municipal: € 179.355,38;

O Vereador Paulo Teixeira tomou a palavra para, em face da problemática inerente ao assunto em questão, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que se fizesse um intervalo de trinta minutos para analisar o documento, nomeadamente, no que diz respeito às alterações efectuadas no mesmo. Sugeriu ainda, que se formasse um grupo de trabalho para analisar o documento. ***

O Vereador José Manuel Carvalho, em resposta ao pedido do Vereador Paulo Teixeira, disse que não via necessidade de se fazer um intervalo de trinta minutos para analisar quatro alíneas do documento.

O Vereador Rui César interveio para solicitar ao Vereador José Manuel Carvalho esclarecimentos sobre as alterações efectuadas ao documento.***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a alínea e) foi retirada por não ser necessária, porque não precisa de estar vinculada ao mapa de pessoal. Quanto aos perfis plasmados nas alíneas a), b), c) e d), disse que deve ser definido um perfil idêntico para todas as chefias até porque, o processo concursal, pela sua importância, deve partir de um perfil de equidade.***

A Vereadora Vanessa Pereira tomou a palavra para perguntar quem é que definiu os perfis? Perguntou também sobre o porquê de na Divisão de Administração Geral antes serem precisos oito anos de experiência, e na nova Divisão Financeira já não ser assim? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu, questionando a Vereadora Vanessa Pereira sobre se esta tem a noção do que é uma comissão de serviço de três anos para um cargo dirigente? Referiu

que olhando para as suas questões, que o que parece que está em causa é um processo menos transparente. ***

Sendo um concurso interno, disse, devem ser definidos perfis e licenciaturas adequadas à ocupação do lugar. ***

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para fazer novamente as questões que tinha feito, por achar que não viu as suas dúvidas esclarecidas. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para responder à Vereadora Vanessa Pereira, referindo que os perfis definidos são os mais adequados de acordo com as opções tomadas pelo executivo. Disse que assumem a alteração por inteiro de acordo com as opções definidas no documento e que, não há que ter medo de tomar estas decisões. ***

A Vereadora Vanessa Pereira, face à resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara, pediu para ficar em acta que em função das perguntas feitas ao Sr. Presidente da Câmara acerca dos perfis, este respondeu "...é isto, e assumo que é isto", e não respondeu às perguntas formuladas. ***

O Vereador Rui César tomou novamente a palavra para dizer que esta questão foi resolvida em cima do joelho, e pediu novamente para que o executivo em permanência explicasse as alterações efectuadas ao mapa de pessoal dado que, ainda não ouviu o executivo fazê-lo. Referiu ainda, que com esta forma de fazer politica não votam o ponto. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o vencimento de um Chefe de Divisão e de um Coordenador Técnico? ***

Perguntou também quais são as actuais funções do Dr. Adão Santos e do Sr. Eng. Aires Nery Esteves? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não vai discutir nomes nem valores. A proposta é esta e não há informação sobre um eventual aumento de custos com esta nova estrutura. Disse ainda que em relação ao mapa de pessoal, apenas houve a alteração dos perfis

nas observações do documento. Houve um erro que foi detectado e que foi corrigido. ***

O Vereador Rui César tomou novamente a palavra para dizer que não acredita que o Sr. Presidente da Câmara não saiba quanto vai gastar com o novo quadro de pessoal. Questionou ainda a adequação do mapa de pessoal àquilo que está definido como limite com gastos com pessoal no Plano de Saneamento Financeiro. ***

Face às dúvidas colocadas pelos membros da oposição, e tendo em conta a importância do assunto em questão, o Sr. Presidente da Câmara propôs o agendamento de uma reunião de Câmara extraordinária para debater este assunto, o que, mereceu a concordância dos restantes membros do executivo municipal, tendo o ponto sido retirado da agenda de trabalhos. ***

Disse ainda, que apesar disso, sabe que não conta com o apoio do PSD para aprovar este ponto. ***

Para finalizar a discussão deste assunto, e respondendo a esta última afirmação feita pelo Sr. Presidente da Câmara, o Vereador Rui César disse que o Sr. Presidente da Câmara não conta com o apoio do PSD, porque não soube nem justificar as alterações efectuadas ao mapa de pessoal, nem quantificar os custos inerentes à nova estrutura. ***

Referiu ainda, que os membros da oposição vão abdicar das senhas de presença relativas à referida reunião de Câmara extraordinária. ***

4. – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE CASTELO DE PAIVA. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO.

Presente pedido de substituição da Dr^a. Giselda Neves como representante do Município no Agrupamento Vertical de Escolas de Castelo de Paiva, em consequência do pedido de demissão com base nos artigos 18º. e 19º. Do Regimento Geral do referido órgão. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aceitar o pedido e indicar para sua substituição o Vice-Presidente da Câmara, António dos Santos Rodrigues. ***

5. – HASTA PÚBLICA PARA A CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DE MIDÕES-RAIVA. ABERTURA DE PROCEDIMENTO.

Em virtude de ter caducado o protocolo de cedência do “Bar de Midões” celebrado com a Comissão de Festas de Stº. Ildefonso, propõe-se a abertura de novo procedimento de hasta pública. ***

Analísado o processo a Câmara Municipal deliberou, através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a abertura de procedimento de hasta pública para o contrato de cessão de exploração do estabelecimento designado por “Bar de Midões”, sito no Lugar de Midões, freguesia de Raiva, e aprovar o respectivo programa de concurso e caderno de encargos, que aqui se dão por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas. ***

Mais deliberou, designar para jurí do procedimento os funcionários Adão Santos, André Pimenta e Elisabete Fontes e, como suplentes, Adelma de Jesus e Fernando Marante. ***

6. – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO.

A Associação em título propõe a celebração de protocolo de cooperação com vista a apoiar os Serviços Culturais do Município em projectos que requeiram colaboração científica relacionada com os históricos da vinha e do vinho, da arte e património, arqueologia, sociologia e antropologia, bem como na elaboração de roteiros turístico - culturais que necessitem de intervenção especializada. ***

O Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que esta Associação tem uma parceria com a Associação de Viticultura dos Vinhos Verdes e com a Confraria dos Vinhos Verdes. Face ao que conhece desta Associação, o Município vai ter de assumir as despesas pelo que, lhe parece que seria mais útil uma parceria com a Confraria dos Vinhos Verdes. ***

Chamou ainda a atenção para a parceria já existente com a universidade de Aveiro neste âmbito. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a minuta de protocolo e autorizar a

adesão do Município como sócio institucional da Associação e a correspondente quota de 250 euros anuais. ***

7. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

8- OBRAS PARTICULARES.

8.1 – PROCESSO 101/96 – EDIFÍCIO BELA VISTA – SOBRA-DO. CONSULTA DE DOCUMENTOS.

Relativamente a este assunto, o Vereador Paulo Teixeira usou da palavra para dizer que o despacho, com data de 20 de Maio, que lhe foi apresentado lhe dá razão em relação às dúvidas que levantou na última reunião de Câmara. Disse, que face à informação da Fiscalização que diz que "...o comércio se encontra numa fracção destinada exclusivamente a garagem, e que o proprietário desconhecia a obrigatoriedade do licenciamento e que não sabia que não podia ocupar lojas destinadas a garagem...", o Dr. Adão Santos, como Chefe da DAG, envia uma informação ao Sr. Presidente da Câmara com três alíneas: ***

- Na alínea a), propõe a instauração de procedimento de contra – ordenação; ***

- Na alínea b), ser o processo remetido para a DPUH para que seja prestada informação sobre a possibilidade de alteração do uso da fracção em causa; ***

- Na alínea c), obtida aquela informação baixar o processo novamente para apreciação jurídica para que seja indiciada a medida de tutela urbanística que eventualmente seja necessário impor. ***

Face ao exposto, referiu, falta a informação da DPUH. Por outro lado, disse, que quando no despacho o Sr. Presidente da Câmara diz que uma determinada fracção está a ser utilizada para comércio quando o alvará diz tem de ser estacionamento; quando sabemos que abaixo da quota da soleira não é possível licenciar uma situação destas. Uma vez que passaram seis dias desde a data do despacho, e só ontem, dia 25 de Maio, foi recebido pelo Dr. Adão, uma situação destas que viola o plano de pormenor, não vê o Sr. Presidente da Câmara muito

preocupado em relação a esta situação. Disse ainda que gostaria que lhe fossem fornecidos os restantes documentos. ***

Concluiu pedindo para que o processo fosse agendado ou então que lho trouxessem o processo para consulta. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que há um elemento que está em falta, e que devia ter vindo, que suscitou a ida da fiscalização ao local. Teve a ver com pretensão de uma pavimentação próxima daquele edifício. ***

Disse que è evidente que face aos elementos que aí estão se fez a actuação que se devia fazer, de acordo com a lei, porque pugnam pelo cumprimento da lei. ***

Referiu que se trata do edifício da “Fialpa”, ou de alguém ligado a esta empresa, e julga ter sido vendida a um empresário para instalar a loja naquele edifício. ***

Continuou, salientando que este é um caminho que pode ser perigoso para muita gente, porque há muitas situações no concelho que podem ser postas em causa, e que julga que o Vereador Paulo Teixeira deve ter consciência disso. É uma situação delicada que pode por em causa postos de trabalho e que, por arrasto, podem surgir problemas com outros estabelecimentos comerciais que também têm postos de trabalho, e que podem ter muitos problemas em termos de licenciamento.

Em todo o caso, referiu, agirá de acordo com a lei de forma a dar um prazo à empresa para regularizar a situação se assim o entender. ***

O Vereador Paulo Teixeira interveio novamente para dizer que finalmente temos um assunto que o Sr. Presidente da Câmara domina bem. Disse que quando levanta uma questão, que o faz depois de ter estudado a situação, e que sabe bem o que licenciou enquanto Presidente da Câmara, e o esforço que fez nessa qualidade quando encheu o salão nobre da Câmara Municipal com mais de cem empresários do concelho para uma acção de sensibilização, de tal modo, que no seu mandato, a ASAE só encerrou um estabelecimento em Castelo de Paiva. ***

Salientou que há condições na legislação, e noutros Municípios, para fazer com que as pessoas não digam o que está na informação.

Alguém enganou o comerciante, disse, porque hoje ninguém compra um terreno onde se sabe que não se pode construir, ninguém compra um andar sem saber se está ou não aprovado na Câmara Municipal. Nos dias de hoje ninguém faz uma escritura de um estabelecimento comercial a saber que é para automóvel. Normalmente, continuou, quando um empresário faz um investimento no concelho, de pequena ou grande dimensão, vem à Câmara Municipal, portanto, acha que se o Sr. Presidente da Câmara tivesse sido ouvido por um investidor a querer, por exemplo, uma fábrica, teria tido o cuidado de saber se ali era uma reserva agrícola, zona industrial ou se era zona de construção. E se soubesse, disse, e acha que o Sr. Presidente da Câmara não sabe, nunca lhe foi perguntado se naquele local poderia ser montado um comércio. ***

Concluiu a sua intervenção dizendo que não é com ameaças que deixará de levar até às últimas consequências aquilo em que acredita. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para dizer que relativamente a quem vendeu, a escritura deve dizer o que lá está, o que é que existia naquele espaço para venda. Provavelmente, referiu, pensou que teria as mesmas oportunidades que outros tiveram de se instalar aqui no concelho, que não sabe se estarão bem ou mal licenciados. ***

Agiu em conformidade com a informação que tinha à frente e, disse, age para com todos os Paivenses da mesma forma. Houve um processo de tentativa de legalização precisamente desta natureza, que o executivo numa atitude de colaboração com os empresários da terra, autorizaram que se pudesse rectificar essa situação. ***

Da sua parte, reiterou, agirá sempre em conformidade com a lei.***

O Vereador Paulo Teixeira usou novamente a palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se em relação ao processo que não trouxe a reunião de Câmara se irá ter de escrever novamente a pedi-lo? ***

Disse ainda, que em 19 de Novembro de 1994, e convidou o Sr. Presidente da Câmara a consultar as actas do executivo municipal, e constatar o que se passou no mandato de 1993 a 1997, e se houve

uma pessoa de coragem em Castelo de Paiva essa pessoa está aqui à frente do Sr. Presidente da Câmara. ***

Referiu que nesse próprio dia iria participar do caso ao Ministério Público, porque considera uma ameaça o que o Sr. Presidente da Câmara fez à sua pessoa. ***

O Sr. Presidente da Câmara disse que não fez nenhuma ameaça, que apenas disse que esta questão pode levantar outros problemas, o que é totalmente diferente. Disse ainda que iria trazer outros elementos que estivessem associados ao processo, e que tivessem interesse para a discussão do mesmo na próxima reunião de executivo municipal. ***

O Vereador Paulo Teixeira pediu que ficasse em acta a seguinte declaração: “Na reunião realizada no dia 12 de Maio de 2011, a minha pessoa solicitou ao Sr. Presidente da Câmara elementos sobre o processo 101/96 – Edifício Belavista, construído pela “Fialpa” no final da década de 90. ***

Em relação ao que solicitei, o Sr. Presidente da Câmara mandou-me escrever para a Câmara, tendo-lhe perguntado se poderia ser por e-mail. No final do dia da passada Sexta-Feira, já à noite, remeti esse e-mail ao Sr. Presidente da Câmara, que fez o favor de o mostrar aqui aos presentes já no decurso desta reunião. Nesse e-mail, solicitava que fosse presente a reunião de Câmara para análise o processo 101/96. ***

Questionado no período da ordem do dia, no ponto 6, por este processo, perguntei ao Sr. Presidente da Câmara como posso ter acesso a este processo. O Sr. Presidente da Câmara não me respondeu. ***

Que fique em acta, que solicito desde já o agendamento para a próxima reunião extraordinária do ponto relativo ao processo 101/96, e que seja presente ao executivo municipal todo o conteúdo desse processo”. ***

Conclui dizendo que iria formalizar por escrito o agendamento deste processo para a reunião extraordinária a realizar. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para reiterar que relativamente a este assunto não irá recuar, em cumpri-

mento com as informações técnicas que tem sobre o assunto e de acordo com a lei. Disse que há a intenção de associar pessoas ao comportamento do executivo, no entanto, as pessoas não podem ser prejudicadas por terem relações de amizade com o executivo. Este executivo, referiu, actua da mesma forma com todos os Paivenses, numa postura equilibrada e de bom senso. ***

O Vereador Paulo Teixeira questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se o investidor veio à Câmara saber se podia comprar aquela fracção? ***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que, e pediu que ficasse em acta, nunca lhe foi perguntado se podia, ou não podia, abrir aquelas instalações. ***

O Vereador Rui César usou da palavra para dizer que se está a entrar por um caminho perigoso com consequências imprevisíveis em função das ameaças do Sr. Presidente da Câmara, e propôs que esta parte da discussão não ficasse em acta. ***

Disse também que é muito bom estar no papel de gestor, de decisor, mas não decidir sobre o nosso dinheiro por que quando toca a dinheiro, a coisa muda de figura. Disse que não é verdade que toda a gente seja tratada da mesma forma na Câmara Municipal, principalmente quem quer fazer investimento e criar postos de trabalho e que, o Vereador José Manuel Carvalho sabe a que é que se refere. Ninguém pode ser prejudicado por não ser amigo do executivo. ***

Referiu ainda que já há muitos comerciantes a passar mal em função da conjuntura actual, e que os tons de ameaça e de incerteza não são benéficos. Tem de se apoiar quem trabalha. ***

O Vereador José Manuel Carvalho interveio para dizer que compreende as preocupações do Vereador Rui César, mas que o que está em causa é que se está a levantar uma questão que pode ter uma dimensão que não estão à espera, e que nada tem a ver com a actuação do Sr. Presidente da Câmara. ***

O processo de investimento que insinuou, disse, ligado a um familiar do Vereador Rui César, é um processo onde é requerido um regime de excepionalidade, em que se limitou a seguir as indicações da

DPUH, que ao não ser capaz de se pronunciar sobre este pedido, informou no sentido de se pedir um parecer jurídico. A sua intervenção é igual em todos os processos de urbanização. ***

O Vereador Rui César respondeu que não é normal estar um mês à espera de um parecer jurídico externo. É o dinheiro de Paiveneses que querem investir no Concelho que está em causa, e portanto, todos devem acarinhar quem quer investir em Castelo de Paiva. ***

O Vereador José Manuel Carvalho tomou novamente a palavra para reiterar que se o que está em causa é um regime de excepcionalidade, e que se os serviços, tendo dúvidas, dizem que deve ser consultado um jurista, então, seguiu a informação dos serviços.***

Referiu ainda, que face a esta informação da DPUH, teve o cuidado de questionar a entidade que promove as candidaturas sobre a eventual perda, ou não, do financiamento associado ao processo de investimento. ***

O Vereador Rui César interveio novamente para salientar que se deve apoiar quem quer investir no concelho e que, noutros casos, as coisas não correm da mesma maneira. Disse ainda, que o chocou a falta de resposta por parte da Câmara neste caso até porque, referiu, gosta que as coisas corram bem quando à dinheiro para investir no concelho. ***

Questionou o Vereador José Manuel Carvalho sobre se é vontade do executivo licenciar, ou não, o referido processo de investimento? ***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a Câmara tem todo o interesse em licenciar se o processo cumprir a lei. Por princípio, disse, não contraria as informações dos serviços. ***

O Vereador Rui César interveio pela última vez dizendo que lamenta toda esta situação, principalmente o clima de ameaças lançado pelo Sr. Presidente da Câmara. ***

O Sr. Presidente da Câmara deu este assunto por encerrado reiterando que não fez qualquer tipo de ameaças, apenas fez um alerta, e um alerta, não é uma ameaça. ***

9- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

9.1 – PROCESSO 73/09 – OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Presente processo de obras nº. 73/09, apresentado por José Fernandes Mendes, que mereceu a seguinte informação técnica: “O requerente propõe a pavimentação do arruamento apenas na área abrangida pelos empreendimentos e a reposição do pavimento nas ligações da referida via com a EN.222, a montante e jusante do mesmo, esta última aquando das intervenções para a instalação da conduta de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais e seja contabilizada uma única rubrica com a pavimentação total, de toda a extensão da referida via, ou seja, compreendendo a ligação à EN.222, em ambos os lados. ***

Assim, o orçamento para realização das obras de urbanização é orçado no valor de 101.326,40 euros e a sua execução no prazo de 180 dias. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar os projectos das obras de urbanização e o seu licenciamento, fixando a caução em 101.326,40 euros e o prazo de execução em 180 dias. ***

Analizado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, concordar com a informação dos Serviços e respectivas propostas, dela constantes. ***

Os Vereadores Paulo Teixeira e Rui César não participaram do ponto seguinte, declarando-se impedidos, ausentando-se da sala. ***

10- SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

10.1 – MARCHAS INFANTIS DE S.JOÃO.

Presente a seguinte informação do gabinete da educação: “As Marchas Infantis de S. João tornaram-se num evento importante nas Festas Sanjoaninas do nosso Concelho. Assim, porque pretendemos que todas as crianças possam participar nesta actividade, propõe-se a atribuição às entidades participantes o valor de 10,00€/criança, para colaborar nos custos inerentes à elaboração da roupa e adereços. ***

Considerando que o Desfile se realizará no dia 22 de Junho da parte da manhã, e nessa altura já terão terminado as aulas no 1º ciclo, a Câmara Municipal efectuou o convite às Instituições dinamizadoras

das Actividades de Enriquecimento Curricular para que também esses alunos possam participar no evento. ***

Assim, as entidades participantes serão:

- Agrupamento Vertical de Castelo de Paiva: 400 alunos
- Agrupamento do Couto Mineiro Pejão: 122 alunos
- Associação “Os Cucos”: 105 alunos
- Centro Social de Santa Maria de Sardoura: 83 alunos
- Centro Social e Paroquial de Sobrado: 180 alunos

O número de alunos envolvidos nesta actividade é 890, o que perfaz o valor total de 8.900,00€.” ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio nos termos e para os efeitos da proposta apresentada. ***

Regressaram à sala os Vereadores Paulo Teixeira e Rui César.

10.2 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta: “Vai realizar-se no próximo dia 23 de Junho a festa em Honra do Corpo de Deus, na Freguesia de Sobrado.” ***

Considerando o apoio à realização desta festa religiosa, uma solenidade que começou a ser celebrada há mais de sete séculos, proponho a atribuição de um subsídio no valor de 750 euros.” ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de setecentos e cinquenta euros. ***

10.3 – GRUPO CÉNICO DE BAIROS.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta: “O Teatro na sua vertente cultural e artística representa a contemporaneidade e a história da sociedade, os seus valores e raízes, sendo também um impulsor intelectual.” ***

Este contributo artístico é um património revigorante que, embora estivesse adormecido na última década, deverá despertar para que Castelo de Paiva possa estar também, contemplado por esta forma de culto.” ***

Esta forma de representação, que transmite os sentimentos ao público pelos actores através de um contacto estreito, garante uma liberdade e uma troca de conhecimentos animadores de evolução social. ***

Assim e como apoio que assegure a dinamização do Teatro em Castelo de Paiva, proponho a atribuição de 600 euros ao Grupo Cénico de Bairros. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de seiscentos euros. ***

10.4 – III FESTIVAL CROKA’S ROCK.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta: “Croka’s Rock 2011, é um evento musical na sua 3ª edição, que reúne concertos, num espaço de paisagem, de familiaridade entre o rio e a encosta, na localidade de Oliveira do Arda em Castelo de Paiva. ***

É um festival de entusiasmo adequado ao campismo, que congrega muitos jovens, proporcionando um convívio de espírito de Verão. ***

É uma festa de cultura acima de tudo, com um variadíssimo leque de artistas, repleto de carisma, que com intelecto capaz, traz a Castelo de Paiva novas formas de turismo e que ajuda também a divulgar e preservar o ambiente. ***

Assim proponho que se atribua, à Associação Grupo Jovens Esperança, um subsídio de 1000 euros, à realização do III Festival Croka’s Rock 2011. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de mil euros.***

11- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Condicionamento do trânsito automóvel na estrada que liga o Lugar do Casal à Igreja e o Lugar de Stº. António à Praia do Castelo, na Freguesia de Fornos, no dia 29 de Maio; Condicionamento do trânsito automóvel na Rua Luís Aranha – e Rotunda dos Combatentes, na Freguesia de Sobrado, no dia 12 de Junho; Segunda alteração ao Plano de Actividades e 6ª. alteração ao orçamento da despesa; ***

12. FEIRA DO VINHO VERDE. EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE, MERCHANDISING E ANIMAÇÃO SONORA.

No âmbito da realização da Feira do Vinho Verde do Lavrador, Artesanato e Gastronomia, a Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, solicita a cedência da exploração da publicidade, merchandising e animação sonora, com o objecto de promover, modernizar e dinamizar o comércio local. ***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a pretensão durante a realização da Feira.***

13. – FESTAS SANJOANINAS. CONCURSO AOS ESPAÇOS NOTURNOS DE DIVERSÃO – DISCOTECAS E BARES.

A Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva pretende, inserida na comissão organizativa dos festejos de S. João, abrir concurso aos espaços noturnos de diversão, deste concelho, mais propriamente, discotecas e bares, para que, após a actuação do grupo principal, a animação seja assegurada pelos profissionais da noite, sendo da sua responsabilidade os encargos daí resultantes, promovendo um dinamismo capaz de atrair mais visitantes.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar a pretensão.***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Dr. Paulo Teixeira, na qualidade de Munícipe, usou da palavra para alertar aquilo que considera ser um clima de perseguição e de caça às bruxas que em relação, não só à sua pessoa, mas a pessoas que o Sr. Presidente sabe quais são, está instaurado no concelho. Há um clima de medo, as pessoas têm medo de falar, e por isso, pediu ao executivo municipal que não houvesse medo de alguém que estivesse a falar em publico com a sua pessoa porque não é nenhum criminoso. Disse que paga os seus impostos como qualquer cidadão, que se levanta de manhã para trabalhar como qualquer cidadão, e por isso, deixem as pessoas viver em Castelo de Paiva de forma livre e deixem investir. ***

Referiu que na semana anterior, e reforçando o que foi dito pelo Vereador Rui César, um investidor abordou-o por causa de um investimento em Castelo de Paiva. A primeira reunião foi em Castelo de Paiva, mas a segunda tinha de ser fora daqui porque as pessoas da Câmara podiam ver e depois podiam não aprovar. Disse que isto não pode continuar. Há um clima de perseguição de pessoas ligadas ao poder político instalado na Câmara Municipal, e disse que não são directamente o executivo em permanência, mas que trabalham aqui não sendo funcionários municipais, são funcionários políticos que cessam as suas funções no dia em que cessarem as funções do executivo. ***

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que alerte essas pessoas que o concelho de Castelo de Paiva precisa de todos, e que todos somos poucos para atrair investimento. ***

O Sr. Manuel Moreira da Fonseca usou da palavra para, relativamente ao mapa de pessoal, dizer que escutou atentamente o Vereador José Manuel que falou em reorganização, em orçamento, em necessidade de fazer desagregação, disse que era preciso extinguir algumas divisões e criar outras, que a alínea e) era desnecessária e que as alíneas a), b), c) e d) tinham de ter um perfil adequado. Referiu que quando o Vereador José Manuel Carvalho foi interpelado pela oposição para explicar, não explicou nada, porque não há nada para explicar, de acordo com as palavras do Sr. Presidente da Câmara. ***

Referiu que relativamente à questão de se saber quanto é que a reorganização irá custar ao Município, acha muito esquisito ser proposta uma reorganização sem terem feito contas. Como munícipe, disse, está espantado com tudo isto, para além do embaraço que verificou no executivo ao tentar explicar o assunto. ***

Disse ainda que lugares já estão destinados. Perguntou como é que se pode dizer que é uma organização do mapa de pessoal, quando as pessoas já sabem para onde vão? Extinguem-se licenciaturas para depois se pedirem pareceres fora à medida do cliente? ***

Quando diz cliente, referiu, diz clientela política, e conforme foi dito pelo Vereador Rui César, se é do nosso lado tem um determinado tratamento, se é do lado oposto tem outro. ***

Mencionou que votou neste executivo, mas que está desapontado com o mesmo. ***

Quanto à preocupação manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara em relação àquele estabelecimento comercial, perguntou porque é que não tem preocupações relativamente a outros empresários com muito maior número de trabalhadores, com um enorme volume de negócios, e de salários por pagar ao fim do mês? ***

Disse estar a falar do edifício da “Jopavera”, sobre o qual ouve notícias de que vai ser demolido, o que a acontecer, fará com que o empresário entre em insolvência. Se o prédio estava mal, não se devia deixar continuar, e, é isto que não entende. Para uns há um entendimento, para outros há outro. ***

Referiu ainda que o Sr. Presidente da Câmara como chefe desta casa, que houve diariamente através da rádio local dizer que um funcionário foi demitido, e não tomar uma atitude, não sair em defesa do seu funcionário, das duas uma, ou cometeu uma grande ilegalidade e o Sr. Presidente da Câmara não tem coragem de lhe levantar um processo disciplinar, ou então, está conivente com isto tudo. ***

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para agradecer as intervenções. Em relação à intervenção do Dr. Paulo Teixeira enquanto cidadão, disse que é evidente que todos partilham do objectivo de se viver cada vez melhor em Castelo de Paiva. É preciso é que as coisas funcionem mesmo assim, porque por vezes é fácil dizer-lo, mas é difícil pratica-lo. ***

Referiu que da parte do executivo estão disponíveis para colaborar e ajudar todos os Paivenses. Mesmo alguns daqueles que foram aqui visados, disse, têm para com eles uma relação cordial, aberta, e de preocupação, no entanto, a lei tem de ser cumprida. ***

Salientou que as suas responsabilidades enquanto executivo são executadas com bom senso, e com ponderação, e que têm toda a receptividade para acolher os investidores tendo já dado provas disso.

RO. 26 Maio 2011.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. ***

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas catorze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. ***

E eu, _____, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

